



eBook 8

Neste eBook vamos falar sobre as regras para **transferência internacional de dados pessoais**.

Todos nós temos o direito de:

- confirmar a existência de tratamento de dados.
- acessar os dados que estão sob poder de uma empresa.
- solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.
- solicitar anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD.
- solicitar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto.
- solicitar a eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular.
- solicitar informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados.
- solicitar informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento ao tratamento de dados e sobre as consequências da negativa, e
- revogar o consentimento.

Além disso, a LGPD incluiu a possibilidade de **transferência internacional de dados**, citando nove condições no artigo 33.

1. Quando países ou organismos internacionais proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado.

2. Quando a empresa (Controladora) oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime de proteção de dados previstos na LGPD, na forma de:

- a. cláusulas contratuais específicas para determinada transferência;

- b. cláusulas-padrão contratuais;
- c. normas corporativas globais;
- d. selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos;

3. Quando a transferência for necessária para a cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, de investigação e de persecução, de acordo com os instrumentos de direito internacional.

4. Quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

5. Quando a autoridade nacional autorizar a transferência.

6. Quando a transferência resultar em compromisso assumido em acordo de cooperação internacional.

7. Quando a transferência for necessária para a execução de política pública ou atribuição legal do serviço público.

8. Quando o titular tiver fornecido o seu consentimento específico e em destaque para a transferência, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação, distinguindo claramente está de outras finalidades, ou

9. Quando necessário para atender as hipóteses previstas nos incisos II, V e VI do artigo 7º da LGPD.

Mesmo assim, é importante saber que **a ANPD poderá avaliar as cláusulas contratuais e documentos** da empresa, a fim de verificar se as garantias e cumprimento dos direitos dos titulares de dados pessoais estão sendo resguardados com esta transferência internacional.

